

ANO 1 - Nº 01 - FEVEREIRO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Política externa

O ministro Ernesto Araújo participou de reunião do grupo de Lima, no Canadá, em 4 de fevereiro.

O ministro visitou os Estados Unidos e se encontrou com o assessor de segurança nacional, John Bolton; o secretário de Estado, Mike Pompeo; e o representante comercial, Robert Lighthizer, em 5, 6 e 7 de março.

No dia 11, o almirante Faller, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, visitou o Brasil e se encontrou com ministro Ernesto Araújo.

O ministro encontrou-se no dia 11 com Maria Teresa Balandria, representante no Brasil de Juan Guaidó, deputado da oposição venezuelana, autoproclamado “presidente encarregado”.

O almirante Faller anunciou que um militar brasileiro irá integrar o Comando Sul dos Estados Unidos no dia 13. Verificou-se depois que se trata do general Alcides de Farias Jr. O ministro Ernesto Araújo participou da conferência sobre paz no oriente Médio em Varsóvia – Polônia e encontrou-se com primeiro ministro de Israel, Benyamin Netanyahu, em 13 e 14.

O ministro excluiu a disciplina sobre América Latina do Instituto Rio Branco e privilegiou autores clássicos da política internacional no dia 16.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, anunciou no dia 21 que irá coordenar as relações bilaterais do Brasil com a China, Nigéria e Rússia.

O vice-presidente e ministro de relações exteriores participaram das atividades que visavam impor a “ajuda humanitária” dos Estados Unidos para a Venezuela através da fronteira em Roraima com duas camionetas que não conseguiram passar no dia 23.

No dia 25, ambos participaram de reunião do grupo de Lima, em Bogotá, Colômbia. O deputado federal, Eduardo Bolsonaro, declarou em resort de Donald Trump, na Flórida, que os brasileiros apoiam a construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México, no dia 25.

A ministra Damare Alves, em discurso na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no dia 25, reafirmou a política reacionária do governo Bolsonaro e pediu apoio para recondução do Brasil ao conselho.

O presidente, Jair Bolsonaro, recebeu Juan Guaidó como chefe de Estado no dia 28.

Defesa

Foi inaugurada em 11 de fevereiro a Escola Nacional de Defesa Cibernética, insta-

lada no Forte Marechal Rondon, em Brasília, e que será dirigida pelo coronel Paulo Sérgio Reis Filho.

Foi prorrogado pelo decreto nº 9.717, em 26 de fevereiro, por mais um mês, o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem nas proximidades da penitenciária federal de Porto Velho – Rondônia.

Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

O governo enviou, no dia 4, o Projeto de Lei Anticrime para o Congresso.

No dia 14, o deputado federal Major Vitor Hugo (PSL) foi nomeado líder do governo na Câmara dos Deputados.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gustavo Bebbiano, foi demitido no dia 18 após uma controvérsia pública com Bolsonaro e seu filho, Carlos, depois do escândalo das “candidaturas laranjas” do PSL e da manipulação dos recursos do fundo eleitoral quando estava na presidência desse partido. Foi substituído pelo secretário-executivo deste ministério, general Floriano Peixoto.

O governo enviou no dia 20 sua proposta de reforma da Previdência Social para o Congresso.

O senador Fernando Bezerra (MDB) foi nomeado líder do governo no Senado Federal no dia 20.

A deputada Joice Hasselmann (PSL) foi nomeada líder do governo no Congresso no dia 26.

O Senado aprovou Roberto Campos neto como presidente do Banco Central no dia 26.

ANÁLISE CRÍTICA

A agenda da política externa esteve voltada principalmente para fortalecer a relação com o governo Trump dos EUA por meio da ida do ministro Ernesto Araújo àquele país, que oficialmente visava organizar uma visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos em março, mas também tratou de temas como Venezuela e um possível acordo de livre comércio.

Para agradar ao governo estadunidense, o governo brasileiro engajou-se sobremaneira no combate ao governo Nicolás Maduro, da Venezuela, conforme comprovam as iniciativas dos dias 23 e 25 e o reconhecimento explícito de Juan Guaidó como presidente desse país. No depoimento do comandante Faller no Senado dos EUA, o responsável pelo Comando Sul (referente à América do Sul, Central e Caribe) disse que os principais aliados dos Estados Unidos na América do Sul são o Chile, Brasil e Colômbia.

A ministra Damares fez sua estreia no cenário internacional, porém ouvindo uma

série de críticas indiretas à política do governo brasileiro na área dos direitos humanos. Por outro lado, é cada vez mais visível o papel do vice presidente na condução da política externa e de monitoramento dos arroubos do ministro das relações exteriores em sua simpatia pelo governo Trump e nas posturas “antiglobalismo”.

O governo Bolsonaro apresenta uma capacidade de imposição de agenda menor do que o esperado para um início de mandato. O governo tem aprovação em taxas medianas (38%) e já tem conflitos internos, que envolvem até filhos do presidente e derrubaram o secretário-geral da Presidência, homem de confiança de Bolsonaro. Gravações foram divulgadas, troca de acusações e boatos vazados para a imprensa já deram o tom de um governo, que, por ora, patina politicamente. Resta saber se terá força e articulação suficiente para angariar apoio às pautas que elencou como prioritárias.

Foi nomeado mais um militar para o ministério após a exoneração de Gustavo Bebbiano. O general Floriano Peixoto, que era seu secretário-executivo, foi promovido a ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. É mais um indício do crescente controle militar sobre o governo, que já soma mais de cem militares atuando do primeiro ao terceiro escalão, além de iniciativas como a inauguração da escola sobre guerra cibernética e a continuidade da utilização das forças armadas para garantia da lei e da ordem, neste caso em Rondônia, devido à transferência de vários integrantes do PCC para a penitenciária federal de Porto Velho.

O governo indicou seus líderes no Congresso. Na Câmara, será o deputado Major Victor Hugo (PSL-GO), e, no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Já como líder do Congresso, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) foi escolhida. No entanto, o governo foi derrotado na Câmara, que derrubou o decreto sobre sigilo de dados públicos. Após o revés e com a possibilidade de nova derrota no Senado, o presidente Bolsonaro o revogou. O Senado aprovou a indicação de Roberto Campos Neto para o Banco Central por 55 votos favoráveis, seis contrários e uma abstenção. Na sabatina feita pela Comissão de Assuntos Econômicos da casa, Campos Neto defendeu a autonomia do Banco Central e a redução do Estado.

O “pacote anticrime” de Bolsonaro, leia-se Sérgio Moro, além de seu caráter meramente punitivista que não apresenta uma solução para os problemas de segurança do país, terá dificuldades para tramitar, pois não encontra simpatia entre os parlamentares, e as tentativas veladas de setores do governo de investigar as finanças de magistrados do STF tampouco ajudam.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Privatizações

A Secretaria de Desestatizações anunciou proposta para que a União e os fundos públicos de pensão se desfaçam das participações acionárias na Vale.

O ministro Paulo Guedes defendeu a fusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Novos projetos de energia devem entrar no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

O governo retomou o processo para venda de fatia da Infraero nos aeroportos do país.

Energia (elétrico, petróleo, gás, combustível)

A Petrobras estuda ficar com apenas 50% do mercado de refino.

A Eletrobras deve adiar a sua capitalização para 2020.

O Tratado de Itaipu será revisado por grupo de trabalho criado pelo governo.

Minas (mineração, transformação mineral e geologia)

O orçamento de 2019 não contempla recursos da Lei Kandir para os estados.

Planejamento urbano (habitação, saneamento, defesa civil)

O governo prepara pacote de obras para a Amazônia.

O governo prepara novo marco legal para saneamento básico no país.

Mobilidade urbana (transportes, rodoviário, marítimo, hidroviário, ferroviário, aéreo)

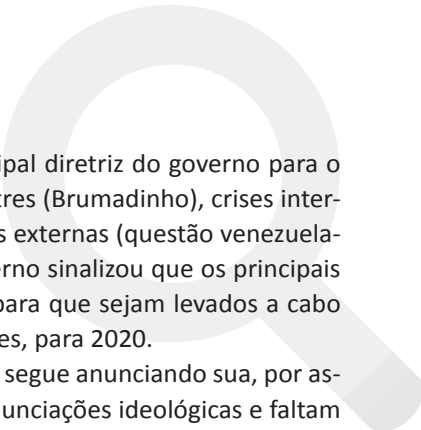
As tarifas de pedágio de estradas federais podem ter alta de até 25%.

Telecomunicações (tecnologia, sistemas, marcos legais)

O governo anunciou que deve pautar a apresentação do Plano de Internet das Coisas até o fim do ano, mas não avaliará limite de banda larga em 2019.

ANÁLISE CRÍTICA

Nesse segundo mês de governo, a agenda relacionada à infraestrutura econômica e social permaneceu secundarizada diante da priorização do pacote Paulo Guedes para a Previdência Social e do pacote Sérgio Moro para a segurança pública.



As privatizações continuam aparecendo como principal diretriz do governo para o setor. No entanto, diante de uma sucessão de desastres (Brumadinho), crises internas (caso Carlos Bolsonaro-Gustavo Bebianno), crises externas (questão venezuelana) e incertezas na relação com o Legislativo, o governo sinalizou que os principais processos de desestatização não devem ter fôlego para que sejam levados a cabo ainda neste ano. Devem ficar, na melhor das hipóteses, para 2020.

Diante dos obstáculos políticos e técnicos, o governo segue anunciando sua, por assim dizer, carta de intenções privatizante. Sobram enunciações ideológicas e faltam informações efetivas sobre como tais processos serão concretizados objetivamente. Prova disso é que o ministro da economia, Paulo Guedes, defendeu publicamente a fusão do BNDES com o BNB, mas não deu detalhes de como pode ocorrer essa operação. De forma análoga, o secretário de desestatizações, Salim Mattar, indicou a reprivatização da companhia Vale. Tal proposta consistiria na intenção de criar uma diretriz orientando a União e os fundos públicos de pensão para que se desfaçam das participações acionárias que detêm da empresa mineradora.

A ideia, entretanto, não considera o fato de que os fundos públicos de pensão têm aportes de recursos privados dos trabalhadores, e, portanto, não esclarece como seria possível realizar tal iniciativa do ponto de vista jurídico e operacional. Mais uma vez, por trás de bravatas ideológicas se escondem limites de gestão da atual equipe econômica do governo.

Seguindo o roteiro das intenções, a lista de privatizações do Plano de Parcerias e Investimentos (PPI) se avoluma. Neste mês o governo sinalizou a intenção de incluir mais ativos de geradoras e distribuidoras de energia elétrica entre os bens que podem ser privatizados. Nada disso, no entanto, indica quando essas vendas serão realizadas.

Talvez o anúncio mais efetivo na área tenha ficado por conta da Infraero, que deve se desfazer de seu montante de 49% de participação acionária em cinco aeroportos: Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). Mas, mesmo nesse capítulo, a situação do governo não é fácil, pois problemas anteriores, por exemplo, em Viracopos, farão com que esse ativo tenha que ser licitado novamente de forma individual.

No setor de energia, o adiamento das privatizações para 2020 também aparece na sinalização de que a Eletrobras deve conduzir sua capitalização no próximo ano. No que se refere à Petrobras, o governo ainda insiste na possibilidade da venda de parte do parque de refino para 2019, mas há desconfiças sobre a viabilidade desse calendário, pois há processos travados no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Merece destaque o contrato da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que passará pela primeira revisão desde que foi firmado em 1973. De acordo com o documento, tanto o Brasil quanto o Paraguai têm direito a 50% da

energia produzida, mas parte da eletricidade destinada ao Paraguai é vendida para o Brasil. A revisão do tratado deve incidir sobre o custo da tarifa e sobre a possibilidade de a energia da usina ser vendida a qualquer país.

No setor de minas, pela primeira vez desde que a chamada Lei Kandir foi aprovada, em 1996, não há recursos no orçamento deste ano para compensar os estados por alegadas perdas de receita com a isenção do ICMS de produtos primários destinados à exportação. A subtração desse recurso não foi casual, trata-se de uma forma de pressão para que os governadores apoiem a proposta do governo federal de aceleração do leilão da cessão onerosa do petróleo.

No setor de planejamento urbano, o destaque é o anúncio de que a linha de transmissão de energia elétrica Manaus–Boa Vista deva ser tratada como um empreendimento de infraestrutura de interesse para a política de defesa nacional, dadas as tensões na região da fronteira com a Venezuela. Além disso, o governo pretende destravar mudanças no marco regulatório do saneamento básico, atribuindo à Agência Nacional de Águas a função de regulação do setor e federalizando a gestão das crises hídricas.

No setor de mobilidade urbana, deve haver a readequação dos contratos firmados ainda no governo Lula: a previsão é de aumento médio de 25% nos pedágios de sete rodovias no Sudeste e no Sul, mas em alguns casos, como no da Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, o reajuste pode chegar a 58%.

No setor de telecomunicações, o governo sinaliza que não entrará neste ano no debate sobre o limite de uso de dados para clientes de internet fixa, uma agenda das empresas de telecomunicações, mas que pretende anunciar até o final do ano um Plano Nacional para a Internet das Coisas, a fim de estimular investimentos em projetos de cidades inteligentes.

No geral, a negligência com o setor de infraestrutura econômica e social reafirma as projeções que sinalizam para a revisão para baixo do crescimento do PIB, pois, sem investimentos nessas áreas, é muito improvável a ocorrência de uma recuperação econômica consistente no curto e no médio prazo.



PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Reforma da Previdência

No dia 20 de fevereiro, o governo apresentou ao Congresso Nacional a PEC da reforma da Previdência, que altera vários dispositivos constitucionais (especialmente os artigos 194 e 195 da CF88) e encaminha o sistema para o regime de capitalização. Entre as principais alterações propostas, destacam-se as seguintes.

O fim da aposentadoria por tempo de contribuição.

O aumento da idade mínima no Regime Geral da Previdência Social (de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens).

A desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e das pensões por morte do valor do salário mínimo. Na proposta, partiriam de 400 reais por mês (podendo ser acessado aos 60 anos de idade), acrescidos de um percentual adicional relativo a cada dependente do pensionista. Somente depois dos 70 anos o beneficiário teria direito a um salário mínimo mensal.

O tempo de transição é bem mais curto do que o previsto PEC anterior (Temer), passando a ser de 10 a 12 anos, conforme o caso.

A desconstitucionalização de vários aspectos relacionados à seguridade social.

A desobrigação de contribuição ao FGTS e da multa de 40% para trabalhadores aposentados (hoje esse contingente é de 1,2 milhão de pessoas).

A alteração das alíquotas de contribuição dos trabalhadores, instituindo uma sistemática progressiva, que parte de 7,5% (para aqueles que recebem o mínimo), alcança 16% para salários mais altos do setor privado e atinge até 22% da remuneração de servidores públicos federais – sistema que poderia ser adotado em até seis meses por estados e municípios.

A postergação de mudança na previdência dos militares.

O encaminhamento de transição para um regime de capitalização, a ser formatado por lei infraconstitucional em momento posterior.

Bancos Públicos

No dia 19 de fevereiro, em reunião com governadores, Paulo Guedes defendeu a extinção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sugerindo que seja incorporado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com suas palavras, esta proposta já teria o aval do Palácio do Planalto. Entretanto, há forte resistência entre os governos do Norte e do Nordeste e de suas respectivas bancadas no Congresso Nacional.

Comércio Exterior

Importação de leite: em decisão publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de fevereiro, o governo anunciou que pretendia acabar com a cobrança de uma taxa antidumping, que encarecia a importação de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia, que estava em vigor desde 2001. Dias depois, por conta de protestos da bancada ruralista, o governo recuou da proposta e anunciou que pretende encontrar uma alternativa ou até mesmo retomar a sobretaxa sobre a importação de leite em pó. Na Câmara, um Projeto de Decreto Legislativo de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) pretende sustar os efeitos da medida adotada pelo Ministério da Economia.

Fechamento de fábricas da Ford

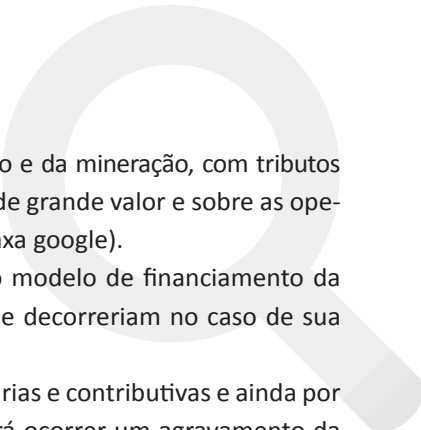
A Ford Brasil anunciou que pretende fechar a sua unidade de produção em São Bernardo do Campo, a mais antiga da empresa no país, que era responsável por toda a linha de caminhões Cargo e pela produção do Fiesta. Estima-se que serão demitidos 2.800 trabalhadores diretos e cerca de outros 22 mil trabalhadores indiretos.

Diretrizes de autorregulação

Diversas medidas que têm sido tomadas pelo governo federal, como a aprovação de medicamentos pela Anvisa; as novas diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para aprovação de cursos de mestrado e doutorado; e a proposta de fusão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) indicam uma perspectiva de crescente autorregulação das atividades econômicas no país.

ANÁLISE CRÍTICA

No quinquagésimo dia de mandato, o governo de Jair Bolsonaro entregou ao Congresso Nacional a prometida Proposta de Emenda Constitucional que pretende alterar o sistema de Seguridade Social no Brasil. Parte de uma concepção anacrônica do mercado de trabalho, apostando na ideia inexecuível de equilibrar o orçamento da seguridade e da Previdência com base na ampliação da contribuição dos próprios trabalhadores assalariados do setor formal. Contudo, o capitalismo e o mundo do trabalho estão passando por mais uma intensa transformação estrutural, com acelerada eliminação de postos de trabalho, e, portanto, não faz mais sentido manter a folha de salários como a principal fonte de financiamento do sistema. Seria mais justo e mais adequado à atual quadra da história estruturar um modelo de financiamento que fosse se deslocando dos rendimentos do trabalho para outras fontes mais amplas, como, por exemplo, os rendimentos de



um Fundo Soberano mantido pelas rendas do petróleo e da mineração, com tributos sobre as rendas financeiras e sobre as propriedades de grande valor e sobre as operações de novas atividades de serviços digitais (ex: taxa google).

Para além dos problemas mencionados relativos ao modelo de financiamento da PEC, devem-se destacar outros efeitos negativos que decorreriam no caso de sua aprovação nos moldes apresentados pelo governo.

Em primeiro lugar, por conta das novas exigências etárias e contributivas e ainda por conta da redução dos benefícios assistenciais, deverá ocorrer um agravamento da pobreza e da desigualdade de renda no país, além de um aumento da desigualdade regional, em prejuízo das regiões Norte e Nordeste, cuja dinâmica econômica é mais sensível à renda da seguridade social.

Em segundo lugar, a introdução de novas e maiores alíquotas (em especial para servidores públicos) deverá reduzir a renda disponível, com impactos consideráveis no curto prazo sobre o consumo agregado. Ou seja, a suposta economia fiscal a ser percebida no longo prazo deverá deprimir a renda agregada no presente. Deve-se frisar que os gastos da seguridade social possuem um multiplicador da renda maior que 1, isto é, para cada real pago na forma de benefício, por meio da dinamização econômica resultante, gera-se mais do que isso em termos de renda agregada.

Em terceiro lugar, na medida em que a reforma reduz os benefícios de parte da população idosa e também retarda a idade para o acesso aos benefícios, deverá ocorrer uma maior competição no mercado de trabalho, ampliando a População Economicamente Ativa e o número de pessoas em busca de trabalho, o que aumentará a taxa de desocupação no país.

Em quarto lugar, com o fim da contribuição obrigatória para o FGTS e da multa rescisória de 40% para trabalhadores aposentados que seguem em atividade, haverá um estímulo à contratação de idosos em detrimento de trabalhadores mais jovens, justamente aqueles que, na trajetória de vida ativa, mais dependem de trabalho e renda.

Sobre o anúncio do fechamento da fábrica da Ford, chama a atenção a absoluta omissão do governo federal, que não fez nenhum movimento no sentido de evitar ou reverter a iniciativa da empresa. Sobre o episódio, cabe acrescentar que, assim como o anterior anúncio de fechamento de unidades produtivas da GM, trata-se de um indicativo de que grandes empresas do setor produtivo não vislumbram a gestão Bolsonaro como especialmente favorável ao desenvolvimento de negócios capitalistas no Brasil.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Educação, Esportes e Cultura

Os ministros da Educação, Velez Rodrigues, e da Justiça, Sérgio Moro, assinaram protocolo de um ato que pretende ser a “Lava Jato da Educação”, sem conteúdo divulgado. Ficou entendido que a intenção é investigar Prouni, o Pronatec, o Sistema S, as bolsas de ensino a distância e as universidades federais. Concretamente, trata-se de abrir investigações sobre indícios de corrupção e desvio de recursos no Ministério da Educação (MEC) durante os governos anteriores. A medida trouxe complicações para as empresas da área que tiveram queda em suas ações e questionamentos públicos em virtude da medida.

O ministro da Educação enviou um e-mail para todas as escolas públicas e particulares do Brasil, pedindo para que o Hino Nacional fosse cantado nas escolas e que o ato fosse filmado e as imagens enviadas para o MEC. O e-mail pedia ainda que fosse lida para os alunos uma mensagem de autoria do ministro que terminava com o slogan de campanha de Jair Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O fato ganhou enorme repercussão negativa e o ministro operou dois recuos. O primeiro foi retirando a frase final da campanha eleitoral, alegando um equívoco, e o segundo foi dispensar o envio das imagens, alegando limitações técnicas.

Seguridade Social Ampliada

O governo propôs mudanças na política de saúde mental e na política nacional sobre drogas, com a nota técnica 11/2019, que reúne diversas diretrizes sobre o tema. Entre as ações há o incentivo ao uso da eletroconvulsoterapia (eletrochoque como tratamento para pacientes de saúde mental) e retrocessos no que diz respeito à política antimanicomial que vinha sendo adotada pelo SUS até então.

Em 20 de fevereiro, o governo apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, conhecida como reforma da Previdência. Em que pesem as diversas manifestações públicas de parlamentares, agentes do governo e da grande imprensa, o projeto não teve nenhuma tramitação substancial até o presente momento.

Mulher, Família e Direitos Humanos

A medida provisória que regulamenta o ensino domiciliar, chamado *homescholling*, vem sendo discutida no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e permite à criança e ao jovem não irem à escola. O texto garante “o

direito ao ensino domiciliar” de forma efetiva e não circunscrito a atividades complementares. O secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Antonio Tozi, contradisse o MMFDH e afirmou que o plano do governo para o projeto de educação domiciliar não vai substituir a educação dada nas escolas, mas será apenas um complemento, uma vez que a escola é um direito que está na lei. O texto final da medida provisória era esperado em fevereiro, mas ainda não foi anunciado.

O MMFDH deve fazer uma operação pente-fino sobre a concessão de reparações econômicas aos anistiados políticos pela Comissão de Anistia, que alegam perseguição política entre 1964 e 1988. O governo Bolsonaro considera “absurdo” o pagamento de indenizações, e a orientação da ministra Damares Alves é “fechar a torneira” das indenizações concedidas pela Comissão de Anistia.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado, a ministra Damares Alves disse que há indícios de corrupção tanto na Funai quanto na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, e que pretende fazer uma revisão nos contratos das Ongs que atuam junto a essas entidades.

No Senado, Damares criticou o “ativismo judicial” do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao aborto e no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, defendeu proteger a vida desde a concepção, no ventre materno. Embora tenha dito que não vai criminalizar o aborto, para ONGs que atuam em defesa do direito das mulheres a fala soa como criminalização das mulheres que realizam a interrupção da gravidez.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, sem citar nomes, criticou os que rejeitam o Pacto Global para a Migração e vinculam refugiados e migrantes ao terrorismo. A alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos e ex-presidente chilena Michelle Bachelet criticou os que descartam os direitos humanos, como supostamente globalistas e opostos a interesses patrióticos de soberania governamental. Em resposta, a ministra Damares Alves afirmou que o governo Bolsonaro está comprometido com a democracia, os direitos humanos e a prioridade na defesa de crianças, índios, comunidade LGBT e mulheres, mas não mencionou o assassinato de Marielle Franco, um dos temas mais mencionados por ativistas na ONU, e convidou os relatores da ONU a visitarem o Brasil quando quiserem.

Oportunidades Ocupacionais e Renda

O episódio mais relevante em geração e manutenção de empregos neste período é o anúncio da montadora Ford de fechar sua planta industrial no ABC. Relevante não só por seu impacto econômico – milhares de empregos diretos e indiretos sob risco – mas também por seu aspecto palpável, visível. O governo Bolsonaro não anunciou medida alguma para intermediar a situação. Pior, logo após o Carnaval, o secretário

especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, afirmou, em relação ao caso: “a decisão de fechar ou abrir fábricas é privada”. Ele havia dito algo semelhante em relação à GM, em janeiro.

A perseguição sistemática e institucional ao movimento sindical, iniciada no período de Temer, continua. No final de fevereiro, governo editou medida provisória 873/2019 que, em síntese, dificulta a filiação e a contribuição financeira de trabalhadores. Quem quiser se filiar deverá assinar documento e a cobrança da contribuição não poderá mais ser feita em folha, apenas através de boleto bancário enviado pelo correio ou entregue em mãos. Dias depois, o governo também anunciou que enviará nova medida provisória que interfere na organização sindical. Desta vez, eliminando a chamada unicidade sindical.

ANÁLISE CRÍTICA

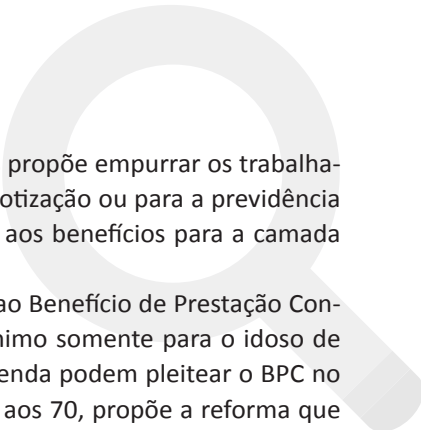
A atuação do governo Bolsonaro na área da educação ainda não apresentou um projeto para a área. O traço marcante até o momento tem sido a política de palanque, as demarcações ideológicas e o tom policalesco. O protocolo assinado e o e-mail enviado pelo ministro Véléz Rodrigues apontam para uma ausência, até o presente momento, de concepção de política pública de educação para o Brasil.

Mas a ausência de projeto substituída por discursos e medidas conservadoras ganha destaque também na saúde. A nota técnica do ministério da Saúde é de um retrocesso abismal, sem referência no mundo. Entidades da saúde coletiva apontam que há um enorme retrocesso num processo de humanização dos tratamentos de saúde mental e abre espaço até para o fortalecimento dos manicômios, algo que já não era discutido na saúde pública brasileira havia décadas.

Por outro lado, aquela que é defendida como a grande proposta do governo, que é a reforma da Previdência, parte do princípio – a ser provado – de que sua aprovação fará o país automaticamente voltar a crescer e a gerar empregos. Também parte do pressuposto de que a Previdência não poderia ser “deficitária”, sendo que constitucionalmente ela foi concebida para que houvesse um aporte financeiro também do governo, devido à sua importância distributiva e de redução da pobreza.

A proposta descon sidera o papel da Previdência Social no mercado interno e não entende que reduzir a renda em especial dos mais pobres terá um péssimo efeito sobre economia. Por fim, ao ser realizada em um período de crise no mercado de trabalho e de ampliação da informalidade, a situação financeira da Previdência Social é divulgada como mais grave do que na verdade é.

Sobre as propostas em si, a reforma vai muito além do que simplesmente aumentar a idade para o acesso aos benefícios (como sugeriria o argumento de que ela seria



necessária pois a população está vivendo mais), mas propõe empurrar os trabalhadores de renda mais alta para a informalidade, a pejetização ou para a previdência privada, enquanto torna muito mais difícil o acesso aos benefícios para a camada mais pobre da sociedade.

Exemplo disso é a alteração proposta para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaria a ser de um salário mínimo somente para o idoso de mais de 70 anos (hoje os idosos que não possuem renda podem pleitear o BPC no valor de um salário mínimo a partir dos 65). Dos 60 aos 70, propõe a reforma que os idosos recebam 400 reais como BPC, porém, sem previsão, na lei, de reajuste (ou de justificativa) deste valor.

Fundamentalmente, a proposta do governo é midiática, atende os interesses do mercado financeiro e aponta para um aprofundamento da crise econômica e social brasileira. Ela é midiática porque se faz sobre o pressuposto do “novo”, do “fim dos privilégios” e da “saúde financeira do país”. No entanto, nenhum desses pontos é atendido. Ela não é nova porque reproduz diversas tentativas históricas (como o caso do Chile) de quebrar a concepção de universalidade da seguridade social. Ela não contribui para o fim dos privilégios porque, em vez de trazer o trabalhador com maior salário para dentro do regime e facilitar o financiamento, ela termina por concretizar a desmobilização da formalidade dos trabalhadores com maiores salários.

Ainda, ao defender o fim dos privilégios, a reforma ataca de forma cruel os servidores públicos, como se os direitos por eles adquiridos fossem algo nefasto para a sociedade. O discurso do governo joga a sociedade contra os servidores públicos. Atacar privilégios é muito diferente de atacar uma classe de trabalhadores importante para a sociedade. Por fim, a proposta não avança sobre a saúde financeira do país porque tira renda dos mais pobres e não propõe nenhuma grande mudança na formatação do sistema de financiamento, o que acaba, na verdade, por ameaçar, no médio prazo, mais ainda o saneamento das contas públicas do Brasil a favor de uma sociedade nos moldes previstos na Constituição Federal de 88.

Na área de Direitos Humanos as iniciativas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos tolhem e reduzem direitos já conquistados, como o direito à escola para todas as crianças e jovens em idade escolar, garantidos na Constituição de 88. Da mesma forma, a defesa da vida desde a concepção induz a negação às condições para o aborto legal no país, já concedidos em casos de fetos anencefálicos e gravidez resultantes de estupro, frutos da luta das mulheres e movimento feminista.

A tentativa de revogar as indenizações concedidas pela Comissão da Anistia aos perseguidos políticos questiona a legitimidade das concessões e demonstra o ímpeto persecutório do governo aos seus opositores políticos. A revisão dos contratos com as Ongs que atuam junto às causas indígenas demonstra esse mesmo viés, bem

como demonstra a desinformação de que estas trazem mais benefícios e investimentos aos territórios e povos indígenas que despesas ao governo.

Por fim, na estreia do novo governo no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil se mostrou na contramão das principais discussões internacionais e desinformado, quando não em desacordo com os temas postulados pelas entidades mais influentes da área de defesa e preservação dos direitos humanos.

Sobre as perspectivas para o trabalho, o caso Ford sintetiza o desprezo do atual governo e do Ministério da Economia por atividades de maior valor agregado. Somada aos anúncios de retirada de investimentos em pesquisa e inovação e ao apoio reiterado ao fim das garantias trabalhistas, a completa omissão pelo destino da planta industrial em São Bernardo do Campo sintoniza-se com o perfil e o comportamento predatórios e especulativos da equipe econômica.

Importante destacar o comportamento de governos petistas em episódios semelhantes. Em 2006, por exemplo, tanto o presidente Lula quanto o ministro do Trabalho Luiz Marinho posicionaram-se contra anunciado fechamento da fábrica da Volks no ABC, cobrando respeito e contrapartidas sociais em virtude de empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social à empresa. Em 2009, Lula também cobrou papel social da Vale, criticando a falta de investimentos em mineração, ancorado igualmente nos estímulos econômicos oficiais anteriormente concedidos à empresa.

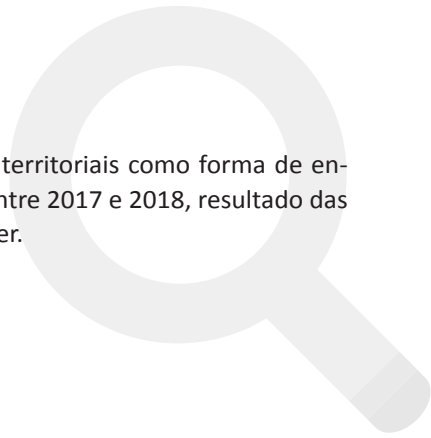
As medidas de enfraquecimento do movimento sindical expressadas pela MP 873/2019 e pelo anúncio de novas medidas, por sua vez, têm efeito punitivo em conformidade com promessas de campanha. Isso terá efeito direto sobre geração de empregos e condições de trabalho, por reforçar o conceito de solidão do indivíduo frente aos empregadores.

A adesão voluntária aos sindicatos já previa autorização expressa dos trabalhadores. O grande golpe, aqui, é a exigência de cobrança por boleto, que causará ao menos três prejuízos: mais despesas monetárias e operacionais para geração e entrega dos boletos; falta de pagamento por razões como esquecimento ou falta de tempo, e, a mais grave, facilitará às empresas a perseguição à atividade sindical, uma vez que os sindicalizados ficarão mais expostos.

Caso o fim da unicidade se dê por medida provisória, a mudança vai facilitar ainda mais a criação de sindicatos cúmplices das empresas – mais que pelegos, braços empresariais que emprestariam falsa legitimidade a decisões e acordos prejudiciais aos trabalhadores. Cabe ressaltar que parte do movimento sindical já defendia o fim da unicidade – notadamente a CUT –, porém de forma negociada, para diminuir a já grande dispersão do movimento e a quase perpetuação de lideranças nas estruturas.

Por outro lado, centrais e sindicatos tradicionais já divulgaram em fevereiro planos

de unificação de suas estruturas físicas, políticas e territoriais como forma de enfrentar a queda estimada de 90% de suas receitas entre 2017 e 2018, resultado das novas leis trabalhistas impostas pela equipe de Temer.



DIMENSÃO AMBIENTAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

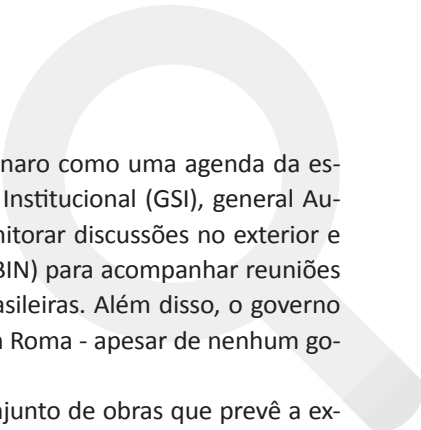
Sustentabilidade ambiental e política agrária

A equipe econômica liderada por Paulo Guedes busca retirar vantagens do setor agropecuário, tais como subsídios e eliminação de taxas de importação, visando o caminho do livre mercado. O duelo entre o livre mercado e o protecionismo ficou evidente quando o ministro da Economia tentou retirar uma taxa de importação do leite em pó que deixaria os preços dos produtos importados mais baratos, em detrimento da produção nacional. No entanto, o presidente Bolsonaro voltou atrás na decisão de Guedes, mantendo a taxa de importação e favorecendo o agronegócio brasileiro. A equipe econômica ainda anunciou que pretende acabar com os subsídios previdenciários do agronegócio na reforma da Previdência, o correspondente a 7 bilhões de reais anuais, bem como pretende retirar em cinco anos os 3,4 bilhões de reais anuais de subsídio da conta de luz do setor rural – medida aprovada no final do governo Temer.

Do outro lado, a Frente Parlamentar Agropecuária vem cobrando anistia das dívidas dos produtores com a Previdência Rural (Funrural), o correspondente a 15 bilhões de reais. A bancada ruralista pressiona o governo para obter novas linhas de crédito com taxas de juros mais baixas e ampliação da subvenção governamental para aumento dos prêmios de seguro safra em 50%, por meio da elevação dos recursos orçamentários do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) vem concluindo seu novo desenho institucional que se mostra desfavorável para reforma agrária. O governo Bolsonaro retirou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) da Presidência da República para alocá-lo na Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A nova secretaria é chefiada pelo pecuarista Luiz Antônio Nabhan, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) e adversário histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Já o Incra tem como presidente o general João Carlos de Jesus Corrêa, mais um militar do Exército no governo. O novo ouvidor agrário nacional do Incra é o coronel João Aguiar de Souza, cuja primeira medida foi o envio de um memorando solicitando aos superintendentes regionais e executores de unidades o não atendimento de entidades sem CNPJ, ou seja, movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

No que se refere à questão ambiental, a Amazônia foi alvo de discussão no mês de fevereiro, especialmente pelo sínodo dos bispos católicos e pelo repentino pacote de obras anunciados pelo governo Bolsonaro. O sínodo será realizado pelo Vaticano em outubro/2019, em Roma, e contará com 250 bispos da igreja. A pauta do encontro



será a Amazônia, tema encarado pelo governo Bolsonaro como uma agenda da esquerda. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, planeja envolver o Itamaraty para monitorar discussões no exterior e os escritórios da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para acompanhar reuniões preparatórias do sínodo em paróquias e dioceses brasileiras. Além disso, o governo também expôs seu desejo de participar do evento em Roma - apesar de nenhum governo tê-lo feito até hoje.

Ainda sobre a Amazônia, o governo anunciou um conjunto de obras que prevê a extensão da BR163 até a fronteira com o Suriname, que conta com a construção de uma ponte de 1,5 km de extensão sobre o Rio Amazonas, na cidade de Óbidos (PA), para conectar dois trechos da rodovia, bem como uma hidrelétrica pouco acima, em Oriximiná (PA).

Desenvolvimento territorial e regional

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu, em 27 de fevereiro, o julgamento que decidirá se os estados da federação poderão reduzir a jornada de trabalho e a remuneração de seu funcionalismo. Mas, após a sustentação oral dos requerentes e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a sessão foi suspensa pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que será retomada após o carnaval. Pela lei, a carga horária pode ser reduzida de oito para seis horas, com previsão de corte de 25% nos salários.

ANÁLISE CRÍTICA

A queda de braço entre agronegócio e equipe econômica do governo evidenciou a dicotomia entre livre mercado e o protecionismo defendido pelo grupo de interesse da agropecuária. A manutenção da taxa de importação de leite em pó pelo presidente Bolsonaro a favor dos ruralistas mostrou que os grandes proprietários de terra ainda possuem grande peso no governo. Resta saber os próximos capítulos dessa história na disputa pela manutenção dos subsídios previdenciários rurais e da conta de luz do setor. Soma-se a essa disputa a cobrança da bancada ruralista do Congresso para o perdão das dívidas dos produtores com a Previdência Rural (Funrural) - promessa de campanha do então candidato Jair Bolsonaro para obter apoio do agronegócio.

Até quando o governo irá favorecer o agronegócio? O setor que diz carregar o PIB nas costas recebe um conjunto de subsídios e a conta é paga pelo conjunto dos brasileiros em favorecimento de poucos proprietários de terra. Não se pode esquecer que o setor deseja a flexibilização de leis ambientais, eliminação da fiscalização do trabalho escravo, ampliação do uso de agrotóxicos e aumento da quantidade de

terra via desmatamento. Ao mesmo tempo, o governo favorece a pauta ruralista, fecha as portas para reforma agrária e tenta criminalizar os movimentos sociais que lutam por acesso à terra.

No que se refere à Amazônia, ao mesmo tempo em que o governo Bolsonaro persegue declaradamente o futuro sínodo dos bispos, evento católico que abordará a situação dos índios, ribeirinhos e demais povos da floresta e que também discutirá as mudanças climáticas e conflitos de terra, planeja a execução de polêmicas obras de grande impacto ambiental.

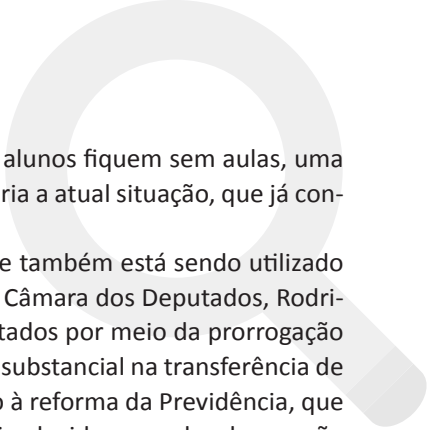
Em vez de focar nas atividades ilegais de madeireiras, grandes fazendeiros, mineradoras e de biopirataria, a atual gestão do governo federal opta pela perseguição a Ongs e organismos internacionais que propõem a preservação do meio ambiente e dos povos locais. Ambientalistas viraram sinônimo de inimigos. O governo declarou ter receio de que o evento católico prejudique a imagem do país no exterior, principalmente na União Europeia. Faltou-lhe perceber, no entanto, que tentativas de perseguição como esta é que de fato destroem a imagem brasileira.

Ao mesmo tempo em que se ocupa da “agenda de esquerda” católica, o governo propôs recentemente grandes obras em uma das áreas mais preservadas da Amazônia. Essas obras no noroeste do Pará afetariam a região que possui o maior território protegido do país. Lá existem 23 áreas protegidas e 2 milhões de hectares de floresta tropical em onze Unidades de Conservação, além de sete Territórios Quilombolas e cinco Terras Indígenas conhecidas, entre elas a dos Zoés, uma das comunidades indígenas ainda não contatadas.

Sobre o desenvolvimento regional, a definição do Supremo Tribunal Federal a respeito da possibilidade de os estados da federação reduzirem a jornada de trabalho e a remuneração de seu funcionalismo está sendo bastante aguardada. Sete estados (entre eles Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) indicaram que a medida aliviará um pouco o caixa dos estados. No entanto, se aprovada, deve prejudicar ainda mais a qualidade e disponibilidade dos serviços públicos oferecidos à população, que seria a mais prejudicada pela lei.

Sindicatos de servidores públicos estaduais de vários estados estão se movimentando para demonstrar os perigos de tal liberação. Além de muitos servidores já estarem sem reposição salarial há anos, a redução da jornada de trabalho também agravaria situações já precárias em diversos estados.

As áreas de segurança e educação devem ser as mais afetadas. Em Minas Gerais, por exemplo, foi denunciada a falta de servidores, pois mais de quatrocentos municípios do estado não possuem delegados. No Rio Grande do Sul, os dezesseis mil policiais já sofrem com parcelamento do salário e a categoria defende que o efetivo deveria ser de 35 mil. No Pará a preocupação é com a dispensa de agentes penitenciários,



que não são concursados. Em Alagoas, teme-se que alunos fiquem sem aulas, uma vez que a redução da jornada dos professores agravaria a atual situação, que já conta com déficit desses profissionais.

O agravamento da dívida dos estados é um fator que também está sendo utilizado pelo governo para pressionar o STF. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, negocia com os governadores ajuda aos estados por meio da prorrogação do prazo para quitação de precatórios e do aumento substancial na transferência de recursos da Lei Kandir já em 2019, em troca de apoio à reforma da Previdência, que abarcaria também os funcionários públicos estaduais, devido ao poder de pressão desses governadores sobre boa parte dos deputados federais de cada estado.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; Antonio Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coddas; Isafías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br